

PARECER Nº 013/20

RELATOR ESPECIAL

Ao Projeto de Lei Complementar nº 004/2020

Autora: Sra. Prefeita Municipal, ALMIRA RIBAS GARMS

Cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal da Prefeitura necessários área de saúde, agricultura e meio ambiente, e altera a Lei Complementar nº 058/2005, conforme especifica.

RELATÓRIO

Nomeado pela Presidência da Casa para exarar, como Relator Especial, Parecer sobre o Projeto retro especificado, relato a seguir as observações que julgo pertinentes à matéria.

Este Projeto visa a criação de cargos efetivos no Quadro de Pessoal da Prefeitura necessários à área de saúde, agricultura e meio ambiente e altera a Lei Complementar nº. 058/2005, conforme especifica.

A criação dos cargos de Médico Veterinário é necessária ao Departamento Municipal de Saúde e Departamento Municipal/de Agricultura e Meio Ambiente, tendo em vista o incremento das atividades de saúde, agricultura e meio ambiente, especialmente na atuação ou coordenação do controle de zoonoses, controle populacional de cães e gatos (Castramóvel), entre outras atividades privativas desses profissionais.

Os cargos criados serão providos por profissionais aprovados em concurso público vigente e integrarão o Anexo II da Lei Complementar n°. 058, de 22 de dezembro de 2005, devidamente consolidado por esta propositura.

Conta a presente propositura com o Demonstrativo da Geração de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, demonstrando os efeitos da implementação das medidas ora propostas, em atenção ao disposto no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quanto à iniciativa e competência, o projeto encontra-se devidamente elaborado nos termos do art. 55, § 3º, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 201, inciso II do Regimento Interno e art. 30, inciso I, da Constituição Federal.

Ademais, o art. 2º deste projeto estabelece que fica o Poder Executivo autorizado a consolidar a Lei Complementar nº. 058, de 22 de dezembro de 2005, com as alterações promovidas por esta lei complementar.



Após analisar o Projeto, não encontrei vícios que possam impedir sua tramitação, emitindo, assim, **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Complementar nº 004/2020, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 4 de maio de 2020.

MÁRCIO JØSÉ BARBOSA